

Cônsul vê problema para investimentos externos

por Fernando Canzian
de São Paulo

"Pensa-se que o atrativo para a realização de investimentos externos no Brasil que existia há vinte anos ainda continua. Mas observo que as condições mudaram. Existe aqui o problema da moratória e da grande dívida. Penso que outros países podem estar melhores", afirmou, ontem, Stephen Dachi, cônsul geral dos Estados Unidos em debate promovido pela Associação dos Jornalistas de Economia de São Paulo (Ajoesp), onde dívida externa e conversão da dívida em investimentos de risco foram discutidas por empresários e políticos.

Dachi disse que sua posição pode ser tomada em nome do governo do seu país e afirmou que para a realização de conversões no Brasil "as condições têm de estar muito favoráveis", reconhecendo que o Brasil precisa crescer a uma taxa de 5 a 6% ao ano. "No ano passado, constatou-se que com uma economia um pouco mais aquecida o Brasil perde sua capacidade de exportar."

Presente ao evento, o senador José Richa (PMDB-PR) disse que "é preciso desfazer a imagem que existe no exterior de que o governo brasileiro é contra o capital externo". Para Richa, a conversão da dívida em investimento deveria totalizar 8% do total da dívida externa brasileira. "Desde 1970, existe diminuição nos investimentos do País. E, sem preconceito, não temos poupança suficiente para crescer a níveis de 7% ao ano", disse.

"A conversão da dívida externa em investimentos de risco não pode exceder US\$ 1,5 bilhão ao ano no Brasil para não gerar uma brutal expansão da base monetária e inflação. Ela não pode ser tomada como principal saída para o pagamento da dívida, pois nossa dívida é impagável", afirmou Lawrence Pih, presidente do Moinho Pacífico.

Pih citou três casos de conversão na América Latina: a do Chile que já reduziu, segundo ele, em 10% a dívida externa do País; do México, onde US\$ 1 bilhão está sendo convertido

anualmente; e a da Argentina, "que não está dando certo, pois o país quer para cada dólar convertido o mesmo valor em dinheiro novo". Ele ressaltou que a conversão no Brasil pode resolver parte da deficitária capacidade de poupança interna, "que deveria somar 25% do PIB para assegurar um crescimento de 7% ao ano".

André Franco Montoro Filho, vice-presidente do BNDES, acredita que o Brasil tenha capacidade própria de alcançar uma taxa de crescimento anual em torno de 7% do PIB. "O crescimento exige poupança, investimentos e importações", disse Montoro Filho, defendendo, entretanto, a integração internacional de alguns setores da economia brasileira, como o de papel e celulose.

Segundo o vice-presidente do BNDES, existe a possibilidade de o Brasil crescer apoiado em expressivos saldos comerciais, como a Alemanha e o Japão. Montoro Filho acredita que as taxas de juros e a inflação mundial não se devam alterar no futuro, e afirmou que, caso o Brasil cresça à taxa de 7% ao ano, sua posição comercial no mercado internacional deverá alcançar a faixa de 2%, sendo que hoje a participação do Brasil é de 1,3%.